

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Candidatura do tudo ou nada

Roberto Rodrigues



Campanha liberada

Apesar da situação sub judice, Arruda segue na campanha como qualquer outro candidato ao Governo. O TRE-DF negou o registro de sua candidatura, mas não concedeu nenhuma medida que o impeça de pedir votos, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com Pablo Marçal. Há três semanas, o TSE deferiu tutela de urgência requerida pelo Ministério Público Eleitoral e vetou o acesso de Marçal aos recursos públicos de campanha eleitoral, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e o fundo partidário, impedindo-o de fazer propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Ele ficou proibido, inclusive, de participar de debates.

Insegurança jurídica

Se o TSE demorar a julgar o recurso de Arruda, poderá criar uma situação atípica nas eleições. O candidato terá o nome na urna, mas o eleitor não terá a garantia de que a candidatura vai valer. E se o recurso for negado depois das eleições, com Arruda em percentual suficiente para concorrer no segundo turno, esses votos serão anulados. Mudaria, assim, a proporção da votação dos demais candidatos. Ninguém consegue prever com segurança o que pode acontecer.

Dúvida

A aposta de aliados de Arruda é que o desempenho nas urnas acabe influenciando uma decisão posterior do TSE, criando uma situação de fato consumado. Mas a dúvida já tem gerado estragos no desempenho do candidato. Onde vai ele precisa responder aos questionamentos sobre se sua candidatura será confirmada.

União dos candidatos

O cenário que está pintando nas eleições é de união entre os candidatos contra Celina Leão (PP) se houver segundo turno. Por isso, a governadora sonha com uma vitória já no dia 4 de outubro, o que, segundo indicam as pesquisas de intenção de votos, pode ocorrer se o TSE negar o registro da candidatura de Arruda.



Carlos Vieira/CB/DA Press

Trompetista candidato a distrital toca Lula Lá e para almoço em shopping

Um ato político de apoio ao presidente Lula parou a praça da alimentação do Conjunto Nacional ontem na hora do almoço. Candidato a deputado distrital, Fabiano Trompetista (PT) com o instrumento e tocou o jingle de campanha de Lula. Com algumas poucas vaías, a área virou um coro: “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”. O músico registrou o ato como “Lulaço no Shopping Conjunto Nacional”. A intervenção foi rápida, mas o suficiente para virar registro de celular e peça de campanha. Fabiano Trompetista adotou o apelido num trocadilho de trompete + petista. Nas vigílias da PF em Curitiba, Trompetista tocou “Lula Lá” ao vivo para as câmeras que cobriam a prisão de Lula que chegou a agradecer por bilhete. Em março do ano passado, ele tocou a “Marcha Fúnebre” em frente ao STF; enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro dava uma entrevista comentando a abertura de processo contra ele por tentativa de golpe — que acabou resultando em sua condenação.

Reprodução/Instagram



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



À QUEIMA-ROUPA RAFAEL LIRA,

presidente do CentroDH e coordenador geral da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Tagua

“A cultura não pode parar.
A Parada LGBTQIAP+ de Taguatinga não pode parar”

Divulgação



A Parada LGBTQIAP+ de Taguatinga está no calendário oficial do Distrito Federal e, historicamente, os governos locais têm destinado recursos para sua realização. O que mudou neste ano para que o evento esteja sob risco de não acontecer?

Essa é justamente a pergunta que o GDF precisa responder. Em mais de 20 anos de história, atravessamos governos de direita, de esquerda, de extrema-direita e o próprio governo Ibaneis Rocha. O Festival Taguá Orgulho nunca havia sido desfinanciado dessa forma. Independentemente de quem estivesse no Burity, existia o reconhecimento da importância da Parada para Taguatinga e para a população LGBTQIAP+. Então, o que mudou em 2026? Por que justamente agora um evento histórico corre o risco de não acontecer por falta de apoio público? Essa resposta precisa vir do Governo do Distrito Federal.

O percurso da Parada é mapeado pelo Iphan e tramita na Câmara Legislativa um projeto que busca reconhecer o evento como patrimônio cultural imaterial. Na avaliação da organização, a falta de apoio do GDF representa um retrocesso no reconhecimento institucional da Parada?

Representa um enorme retrocesso. Estamos falando de uma manifestação com mais de duas décadas de história, inserida no calendário oficial e cuja importância cultural vem sendo reconhecida institucionalmente. É contraditório reconhecer a relevância histórica e cultural da Parada e, ao mesmo tempo, retirar as condições para que ela continue existindo. Quando isso acontece justamente com um evento da população LGBTQIAP+, precisamos questionar inclusive se estamos diante de uma expressão de LGBTQIAfobia institucional. A cultura LGBTQIAP+ também é cultura do Distrito Federal. E cultura não pode parar.

Nos anos anteriores, quais recursos e estruturas o GDF disponibilizou para a realização da Parada e o que foi solicitado pela organização neste ano? Houve negativa formal ou apenas ausência de definição?

Historicamente, o Poder Público participa da viabilização das condições necessárias para a realização de um evento dessa dimensão. Neste ano, o problema não é falta de organização ou planejamento. Temos

história, mobilização, público e data. O que ainda não temos é a garantia dos recursos necessários para realizar a Parada com estrutura e segurança. E a ausência de uma definição, faltando tão pouco tempo, já produz consequências concretas. Evento não se organiza de uma hora para outra. Existem artistas, trabalhadores, fornecedores, estrutura, segurança e toda uma cadeia envolvida.

Caso a Parada não aconteça, quem será mais prejudicado: a organização, o comércio e o turismo da capital ou, principalmente, a população LGBTQIAP+ que vê o evento como um espaço de visibilidade e reivindicação de direitos?

Todo mundo perde. Perde Taguatinga, perde o comércio, perde a economia local, perde a cultura e perde o Distrito Federal. Mas quem mais perde é a população LGBTQIAP+. Nossa comunidade ainda conta com poucos eventos culturais pensados para ela e construídos a partir de suas próprias vivências. A Parada LGBTQIAP+ de Taguatinga e o Festival Taguá Orgulho são espaços de cultura, pertencimento, visibilidade, geração de renda e reivindicação de direitos. Não podemos aceitar que a cultura LGBTQIAP+ seja tratada como descartável. Depois de mais de 20 anos de história, desfinanciar esse espaço tem consequências políticas, culturais e sociais. A cultura não pode parar. E a nossa Parada também não.

Que resposta você espera da governadora e do GDF neste momento e qual é o prazo-limite para que o apoio seja confirmado e a Parada possa ser realizada com segurança e estrutura adequadas?

Esperamos uma resposta objetiva e urgente do GDF. Não queremos promessa: precisamos da garantia das condições necessárias para que a Parada aconteça. Depois de mais de 20 anos atravessando governos dos mais diferentes campos políticos sem que o Festival Taguá Orgulho fosse inviabilizado dessa maneira, seria muito grave que essa história fosse interrompida agora. O governo ainda pode resolver. Mas o tempo está acabando. A Parada não é favor do Estado. É cultura, cidadania, memória, geração de renda e ocupação democrática da cidade. A cultura não pode parar. A Parada LGBTQIAP+ de Taguatinga não pode parar.



» Podcast do Correio | THIAGO MANZONI | CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL

O deputado distrital do PL questiona a legitimidade atual do STF e defende a privatização do BRB

O poder na mão do cidadão

» MANUELA SÃ*

Em entrevista ao Podcast do Correio, ontem, o candidato a deputado federal Thiago Manzoni (PL) defendeu o afastamento imediato do ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) para investigação e classificou a crise na Corte como resultado do avanço sobre competências que, segundo ele, não seriam do tribunal. A jornalista Adriana Bernardes, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CL-DF) também defendeu a privatização do Banco de Brasília (BRB).

Como avalia a crise no STF?

O STF perdeu a legitimidade que tinha diante da população. Ele está acabando com as instituições brasileiras. Há um tempo, falávamos sobre ativismo judicial. O Supremo estava tomando competências do Executivo e do Legislativo para si que não eram dele. O Supremo vai decidir amanhã (hoje) se Alexandre de Moraes vai ser investigado ou não. A minha opinião é que ele tem que ser afastado do cargo imediatamente

para ser investigado. Ele não pode mais julgar enquanto essas questões não forem esclarecidas.

Qual foi o acontecimento mais marcante no seu mandato?

Houve dois momentos muito marcantes. O primeiro foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do 8 de Janeiro. Foram nove meses de um trabalho muito importante na tentativa de demonstrar a verdade do que aconteceu. Outro destaque foi quando votei contra utilizar dinheiro do pagador de imposto para cobrir o rombo do BRB. O banco já vendeu todos os ativos que tinha e que valiam alguma coisa. Eram, basicamente, os consignados dos servidores públicos. O valor de mercado do banco está cada vez menor. Está cada vez mais difícil encontrar uma solução. Acho que o caminho do empréstimo pode até ajudar a salvar o BRB. Fico me perguntando: por que o governo quer ser dono do banco?

O senhor privatizaria o banco?

Tudo o que a iniciativa privada pode fazer, e faz melhor do que o governo, tem que ficar a cargo dela.

Não faz sentido o governo ter essa quantidade de empresa pública. Elas, em grande parte das vezes, são utilizadas como cabide de emprego para fortalecer o grupo político que está governando. Temos que tirar o poder da mão do político e devolver-lo para a mão do cidadão. Portanto, sou um defensor da diminuição do tamanho do Estado.

Qual papel o senhor pretende desempenhar, se eleito, para

garantir que os recursos do GDF sejam bem geridos?

O que a gente pode fazer é fiscalizar. Não é um papel fácil, porque os mecanismos de controle, no Brasil inteiro, não são adequados. Não há transparência suficiente. Isso é algo que precisamos mudar. Para tentar melhorar a situação, temos a emenda parlamentar. Todos os deputados, por exemplo, de alguma maneira, colaboram com a saúde. Isso é independentemente de viés ideológico. É

dessa forma que a gente pode contribuir. O parlamentar tem três funções: legislar, fiscalizar e representar. Na Câmara Federal, pretendo continuar a cumprir essas três funções de acordo com as minhas convicções principiológicas e ideológicas porque sei que represento a população que quer os valores do trabalho, da família e da liberdade.

*Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti

Minervino Júnior/CB



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº 159/2026
Objeto: Contratação de serviços contínuos de apoio a serviços técnicos especializados às atividades de competência regimental da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos níveis pleno e sênior, bem como de operador de audiovisual e fotógrafo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na Sede da ANTT em Brasília-DF. Data de início de recebimento de propostas: 15/09/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica. Data de Abertura: 29/09/2026, 10:00 Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras/acompanhamento-compra?compra=39300105001592026.
Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
Pregão Eletrônico nº 90003/2026
O objeto da presente licitação é a contratação de serviços especializados de administração e inteligência dos dados, apoiados por soluções de software integradas, compreendendo a sustentação e suporte aos produtos e serviços atualmente existentes, a disponibilização de soluções tecnológicas bem como a execução de projetos sob demanda envolvendo o tratamento e análise de dados e informações estratégicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
EDITAL: Disponível na Internet nos endereços: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ou http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php
ABERTURA: 29/9/2026, às 10h (dez horas), no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.
Regina Helena da Cruz Garcia
Engenheira Agrônoma